

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS
GERAIS - *CAMPUS* BAMBUÍ
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO

Valéria Cristine Pereira Gomes

BENS INTANGÍVEIS: Uma análise da produção científica de periódicos nacionais

BambuÍ
2025

VALÉRIA CRISTINE PEREIRA GOMES

BENS INTANGÍVEIS: Uma análise da produção científica de periódicos nacionais

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Bacharelado em Administração do IFMG – *Campus* Bambuí como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientador(a): Profa. Laís Karlina Vieira

Bambuí

2025

Catlogação na Fonte Biblioteca IFMG - *Campus* Bambuí

G633b Gomes, Valéria Cristine Pereira.

Bens intangíveis: uma análise da produção científica de periódicos nacionais [manuscrito] / Valéria Cristine Pereira Gomes. – 2025.
50 f. : il.

Orientador: Laís Karlina Vieira.
Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. *Campus* Bambuí, 2025.

1. Ativos intangíveis. 2. Capital intelectual. 3. Desempenho organizacional. 4. Mensuração contábil. 5. Normas internacionais. I. Vieira, Laís Karlina. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – *Campus* Bambuí. III. Título.

CDD 658.3

Catlogação: João Batista Rodrigues - CRB-6/2022



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MINAS GERAIS
Campus Bambuí
Diretoria de Ensino
Departamento de Ciências Gerenciais e Humanas
Faz. Varginha - Rodovia Bambuí/Medeiros - Km 05 - Caixa Postal 05 - CEP 38900-000 - Bambuí - MG
37 3431 4900 - www.ifmg.edu.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

VALÉRIA CRISTINE PEREIRA GOMES

**BENS INTANGÍVEIS: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE PERIÓDICOS
NACIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Bacharelado em Administração do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais – Campus Bambuí como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração.

Orientadora: Profa. Dra. Laís Karlina Vieira.

Aprovado(a) em 04 de fevereiro de 2025, pela Banca Examinadora:

Profa. Dra. Laís Karlina Vieira - IFMG *Campus* Bambuí - Orientadora
Prof. Me. Marcos Júnior de Moura Paula - IFMG *Campus* Bambuí
Profa. Dra. Rita de Cássia Leal Campos - IFMG *Campus* Bambuí

BambuÍ, 31 de janeiro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Lais Karlina Vieira, Professora**, em 04/02/2025, às 17:30, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cássia Leal Campos, Professora Substituta**, em 04/02/2025, às 17:31, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Júnior de Moura Paula, Professor**, em 04/02/2025, às 17:31, conforme Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.ifmg.edu.br/consultadocs> informando o código verificador **2183144** e o código CRC **68501BA5**.

23209.003108/2021-56

2183144v1

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso a Deus, que me sustentou em todos os momentos difíceis, aos meus pais, pois foi graças ao esforço deles que hoje posso concluir esta etapa, aos meus irmãos que sempre estiveram ao meu lado me apoiando, ao meu marido e sua família que me incentivaram em todos os momentos que desanimei e pensei em desistir, e às minhas filhas por me inspirarem a ser cada dia melhor.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores que tive o prazer de conhecer e conviver ao longo do curso, especialmente minha orientadora, Profa. Dra. Laís Karlina Vieira, por acreditar em mim e me acompanhar durante esta etapa final.

“É justo que muito custe o que muito vale”.

Santa Teresa de Jesus

RESUMO

A globalização e a revolução tecnológica transformaram significativamente as dinâmicas econômicas e organizacionais, destacando o papel dos ativos intangíveis, como capital humano, propriedade intelectual e marcas, pois são determinantes do sucesso empresarial. Nesse cenário, compreender e gerenciar adequadamente esses ativos se tornou fundamental para organizações que buscam vantagem competitiva e sustentabilidade. Contudo, os desafios persistem na mensuração, evidência e integração desses ativos às práticas contábeis. Nesse sentido, este estudo visa analisar os principais temas, enfoques e lacunas da produção acadêmica nacional que trata a respeito dos bens intangíveis. A pesquisa utilizou uma revisão sistemática da literatura, complementada pela análise bibliométrica, as quais investigaram 16 estudos publicados entre 2019 e 2023. Os resultados destacam a relevância dos ativos intangíveis em setores estratégicos, como esportivo, papel e celulose, serviços contábeis e tecnologia. O capital humano foi identificado pelos estudos como determinante do desempenho organizacional e financeiro, enquanto a governança corporativa influenciou positivamente a transparência e a valorização desses ativos. Além disso, foi observado que, entre os 16 artigos analisados, houve uma concentração de publicações em periódicos com estratos Qualis A e B, com destaque para as revistas mais bem posicionadas, que representaram 50,00% das publicações. Em termos de tempo, a maior parte dos artigos foi publicada em 2020, refletindo possivelmente um aumento no interesse pelo tema durante a pandemia.

Palavras-chave: Ativos intangíveis; Capital intelectual; Desempenho organizacional; Mensuração contábil; Normas internacionais.

ABSTRACT

Globalization and technological revolution have significantly transformed economic and organizational dynamics, highlighting the role of intangible assets such as human capital, intellectual property, and brands as key determinants of business success. In this context, understanding and properly managing these assets has become essential for organizations seeking competitive advantage and sustainability. However, challenges persist in the measurement, disclosure, and integration of these assets into accounting practices. In this sense, this study aims to analyze the main themes, approaches, and gaps in the national academic production regarding intangible assets. The research utilized a systematic literature review, complemented by bibliometric analysis, which examined 16 studies published between 2019 and 2023. The results emphasize the relevance of intangible assets in strategic sectors such as sports, paper and pulp, accounting services, and technology. Human capital was identified by the studies as a key determinant of organizational and financial performance, while corporate governance positively influenced the transparency and valuation of these assets. Additionally, it was observed that among the 16 articles analyzed, there was a concentration of publications in journals with Qualis A and B strata, with a notable share from the highest-ranked journals, representing 37.50% of the publications. In terms of timing, most of the articles were published in 2020, possibly reflecting increased interest in the topic during the pandemic. Despite this, challenges remain, such as limited compliance with accounting standards and the lack of standardized methods for measurement, highlighting gaps in both literature and practice. An integrated approach involving companies, regulators, and researchers would be essential to overcome these challenges and maximize the potential of intangible assets in a globalized market.

Keywords: Intangible assets; Intellectual capital; Organizational performance; Accounting measurement; International standards.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 OBJETIVOS	14
2.1 Objetivo geral.....	14
2.2 Objetivos específicos	14
3 REVISÃO DE LITERATURA	15
3.1 Fundamentos conceituais	15
3.1.1 <i>Constituição da Pessoa Jurídica</i>	15
3.1.2 <i>Capital social</i>	16
3.1.3 <i>Bens tangíveis e intangíveis</i>	16
3.2 Ativos.....	18
3.3 Ativos intangíveis	18
3.4 Normas internacionais de contabilidade para ativos intangíveis	19
3.5 Normas brasileiras de contabilidade para ativos intangíveis	20
3.6 Estudos sobre ativos intangíveis	21
4 METODOLOGIA	23
4.1 Tipo de pesquisa.....	23
4.2 Coleta, tratamento e análise dos dados	24
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
5.1 Resultados bibliométricos	27
5.2 Revisão sistemática: que dizem as pesquisas sobre o ativo intangível.....	32
5.2.1 <i>Direcionamento para pesquisas futuras</i>	41
6 CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

A era da globalização, caracterizada por avanços tecnológicos e da informação, representa um período de profundas mudanças na economia global e nas dinâmicas do mercado. Este fenômeno transcende fronteiras geográficas e culturais, impulsionando uma interconexão cada vez mais intensa entre nações, empresas e indivíduos. Nesse contexto, a tradicional abordagem de produtos e serviços tangíveis deu lugar a uma valorização notável dos bens intangíveis (GORENDER, 1997).

A revolução tecnológica faz-se essencial nessas mudanças, possibilitando a rápida disseminação de informações, conectividade global e a criação de novas formas de interação entre consumidores e organizações. Essa revolução não se limita apenas à produção e distribuição de bens tangíveis, mas também impulsiona uma mudança paradigmática na importância atribuída aos ativos intangíveis (TREUHERZ, 2011).

Os bens intangíveis, diferentemente dos bens físicos, não possuem uma presença material e tangível. Eles englobam ativos como: marcas, reputação, propriedade intelectual, conhecimento organizacional e relacionamentos com clientes. Esses elementos, muitas vezes, não são facilmente mensuráveis em termos tradicionais, mas têm se revelado cruciais para o sucesso e a competitividade das organizações na era globalizada (GORENDER, 1997).

A crescente importância estratégica dos bens intangíveis se reflete na capacidade desses ativos em gerar vantagens competitivas sustentáveis. Marcas fortes, inovação, cultura organizacional e capital intelectual, tornam-se fatores-chave para o destaque de uma empresa em um mercado global altamente competitivo. A habilidade de criar, proteger e alavancar esses ativos intangíveis se tornou uma prioridade estratégica para as organizações que buscam se adaptar e prosperar na era da globalização (REVERTE *et al.*, 2016). Além disso, a digitalização e a conectividade global proporcionam novas oportunidades para a criação e monetização de bens intangíveis. Plataformas digitais, redes sociais e tecnologias emergentes ampliam as possibilidades de construção e alavancagem desses ativos, criando novas fontes de valor para as empresas (TREUHERZ, 2011).

Brandi (2012) defende não apenas o valor financeiro real desses ativos, mas também, por meio de uma associação lógica, descreve os ativos intangíveis como o valor representativo de uma marca, empresa, instituição ou negócio, superando a totalidade de seus ativos tangíveis, que são bens físicos facilmente identificáveis e contabilizáveis.

Em um ambiente econômico que atribui crescente relevância aos bens intangíveis, as corporações globais reconhecem sua importância e percebem sua influência, mesmo que

sua existência seja abstrata. Nessa perspectiva, a inclusão de bens intangíveis na formação do capital social pode ser uma estratégia potencialmente vantajosa para as entidades, conforme preconizado pelo Código Civil brasileiro (BRASIL, 2002), que permite a entrada de bens móveis, imóveis, corpóreos ou incorpóreos, desde que passíveis de avaliação em dinheiro.

Neste contexto, ao considerar a falta de consenso entre especialistas sobre os bens intangíveis e suas implicações, a pesquisa visa responder à seguinte problemática: *Quais são os principais temas, enfoques e lacunas das pesquisas nacionais sobre bens intangíveis na área contábil?*

Este estudo se justifica pelo objeto que no âmbito internacional, a emissão do pronunciamento *International Accounting Standards* (IAS) destaca a importância global dos bens intangíveis. A compreensão detalhada dessas normas é crítica para empresas que buscam operar em conformidade com os padrões internacionais, evidenciando a necessidade de estudos sobre o tratamento contábil desses ativos. Tal entendimento não apenas assegura a conformidade regulatória, mas também promove a transparência e a comparabilidade das informações financeiras, fundamentais para a confiança e tomada de decisões por parte dos investidores internacionais.

Além disso, ressalta-se a necessidade de explorar e compreender as implicações dos bens intangíveis em um cenário globalizado e tecnologicamente avançado. A compreensão aprofundada desses ativos é considerada vital, pois, apesar de sua natureza imaterial, eles são essenciais na competitividade e sustentabilidade das empresas.

No que se refere à relevância desta pesquisa, destaca-se a necessidade de consolidar e analisar o conhecimento existente sobre os bens intangíveis, utilizando métricas bibliométricas para avaliar o volume, a distribuição temporal e a relevância das publicações, visto que no momento da realização desse trabalho foi encontrado apenas um trabalho que fizesse uma revisão de literatura sobre ativos intangíveis, o que destaca a importância desse estudo (SILVEIRA *et al.*, 2017). Ademais, a revisão sistemática pode possibilitar a compreensão do que a literatura tem trazido de discussões sobre os ativos intangíveis, pois são relevantes para pesquisadores, gestores e outros interessados no tema.

Ao compreender a distribuição temática dos ativos intangíveis, a evolução temporal e as lacunas presentes na literatura, a pesquisa contribuirá para orientar futuras pesquisas e fornecer descobertas para a tomada de decisões nas esferas acadêmica e empresarial, especialmente considerando o contexto global e as normativas contábeis em constante evolução.

2 OBJETIVOS

Os objetivos de uma pesquisa enunciam seu propósito maior, alvos que se pretende alcançar. Mais do que discorrer sobre regras para a elaboração de objetivos, é importante perceber o que os objetivos devem transmitir (BERTUCCI, 2015).

2.1 Objetivo geral

Analisar os principais temas, enfoques e lacunas da produção acadêmica nacional que trata a respeito dos bens intangíveis.

2.2 Objetivos específicos

- Coletar artigos a respeito de bens intangíveis nos últimos cinco anos;
- Reconhecer os principais autores que publicaram sobre o tema;
- Identificar quais são os principais periódicos;
- Apontar os principais temas abordados na literatura sobre os ativos intangíveis;
- Observar as principais sugestões de pesquisas e problemas identificados.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Para a fundamentação teórica deste trabalho, serão abordados os seguintes temas: Fundamentos conceituais: constituição da pessoa jurídica, capital social, bens tangíveis e intangíveis, ativos e ativos intangíveis.

3.1 Fundamentos conceituais

Compreendem-se, aqui, os conceitos empregados no estudo, a fim de introduzir e dar suporte ao tema. Desse modo, pretende-se facilitar a absorção e compreensão a partir do embasamento claro e objetivo dos fundamentos teóricos.

3.1.1 Constituição da Pessoa Jurídica

A constituição da pessoa jurídica é um procedimento fundamental no direito empresarial, no qual uma entidade adquire personalidade jurídica para realizar atividades econômicas ou outros fins previstos em lei. Esse processo envolve uma série de etapas legais e burocráticas, que podem variar dependendo do tipo de pessoa jurídica e das normas vigentes. A constituição geralmente inclui a elaboração e o registro de documentos como contratos sociais, estatutos sociais, e outros atos constitutivos, além do cumprimento de requisitos legais específicos para o registro da empresa (REQUIÃO, 2017).

Segundo Gonçalves (2015), a constituição de uma pessoa jurídica envolve a elaboração e registro de seus atos constitutivos, que podem incluir contratos sociais, estatutos, registros comerciais, entre outros documentos necessários para formalizar sua existência legal. Além disso, é fundamental seguir os procedimentos legais estabelecidos pela legislação aplicável, garantindo a validade e eficácia da constituição da entidade.

Ademais, este processo requer o cumprimento de determinados requisitos legais, como a escolha de um nome empresarial único e adequado, a definição do objeto social, a determinação do capital social, quando aplicável, e a identificação dos sócios ou membros fundadores, conforme explica Diniz (2018). Além disso, é essencial observar as formalidades exigidas pela legislação específica do país em que a entidade será constituída, bem como realizar o devido registro nos órgãos competentes, como a Junta Comercial, o Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, ou outro órgão equivalente.

3.1.2 Capital social

O capital social representa o montante de recursos financeiros e/ou bens que os sócios ou acionistas se comprometem a disponibilizar para a formação e desenvolvimento da empresa, visto que é um elemento crucial no direito societário. No contexto dos bens intangíveis, o capital social não se limita apenas a recursos financeiros e bens tangíveis, mas também pode incluir ativos intangíveis, como propriedade intelectual, marcas, patentes, *know-how* e reputação da empresa (COELHO, 2018).

Conforme explica Coelho (2018), os bens intangíveis podem agregar valor ao capital social de uma empresa, contribuindo para sua competitividade, diferenciação no mercado e geração de vantagens competitivas sustentáveis. Esses ativos, embora não tangíveis, são cada vez mais reconhecidos como componentes essenciais do patrimônio empresarial, influenciando diretamente o valor da empresa e sua capacidade de gerar lucros no longo prazo.

Além disso, segundo Lev (2001), a correta avaliação e gestão dos bens intangíveis podem contribuir significativamente para a maximização do valor do capital social de uma empresa. Por meio de estratégias adequadas de proteção, promoção e desenvolvimento desses ativos, as empresas podem fortalecer sua posição no mercado, atrair investidores e alcançar maior valorização no contexto empresarial.

3.1.3 Bens tangíveis e intangíveis

Os bens tangíveis e intangíveis são categorias distintas de ativos que são imprescindíveis nas empresas e na economia em geral. Os bens tangíveis são aqueles que têm uma forma física e podem ser tocados, como equipamentos, imóveis, estoques e veículos. Por outro lado, os bens intangíveis não têm uma forma física e são difíceis de quantificar, incluindo ativos como: propriedade intelectual, marcas, patentes, *know-how*, reputação da empresa e *softwares* (COELHO, 2018).

De acordo com Machado (2017), os bens tangíveis são mais facilmente mensuráveis e podem ser contabilizados de maneira direta nos balanços patrimoniais das empresas. Eles têm valor intrínseco e podem ser vendidos, alugados ou utilizados como garantia em transações comerciais. Por outro lado, os bens intangíveis são mais complexos de avaliar, pois seu valor muitas vezes está relacionado à capacidade da empresa de gerar renda futura por meio desses ativos.

Segundo Assaf Neto (2018), os bens intangíveis estão se tornando cada vez mais importantes na economia moderna, especialmente em setores como tecnologia da informação, entretenimento, serviços financeiros e farmacêuticos, pois são essenciais na criação de valor para as empresas, ajudando-as a se diferenciar da concorrência, inovar e criar vantagens competitivas sustentáveis.

Sempre presente no balanço contábil das empresas, o ativo imobilizado compreende os bens e direitos necessários para sustentar as atividades operacionais, como edifícios, máquinas e computadores. Esses ativos, que a empresa não pretende vender em curto prazo, têm a função de apoiar sua atividade principal. No entanto, a partir de 1º de janeiro de 2008, com a promulgação da Lei nº 11.638/2007, os ativos intangíveis, como marcas e patentes, não são mais incluídos nesse grupo e passam a compor o grupo de contas denominado: "ativo intangível", resultando na criação dos grupos "bens tangíveis" e "bens intangíveis" (GRANADO, 2019).

Uma característica do controle de um bem tangível é a mensuração de sua depreciação mensal. A legislação tributária permite que a empresa registre como despesa de depreciação, sujeita a certos limites e regras, bens tangíveis em seu balanço patrimonial, como móveis, imóveis, veículos e estoque. Esses bens físicos, também conhecidos como corpóreos ou materiais, integram o patrimônio da empresa e são classificados e depreciados de acordo com sua vida útil, conforme determinado pela lei (GRANADO, 2019).

De acordo com Granado (2019), a depreciação representa a perda de valor econômico dos bens tangíveis ao longo do tempo, enquanto a amortização representa a perda de valor econômico dos bens intangíveis. Os valores dessas contas contábeis são registrados no balanço patrimonial nas contas de depreciação acumulada e amortização acumulada.

Os ativos intangíveis, por sua vez, são os bens imateriais da empresa, como marcas, patentes, licenças, direitos autorais, softwares e conhecimento técnico. Para esses ativos, utiliza-se o conceito de amortização na contabilidade, que consiste na redução do valor nominal ao longo de sua vida útil. A amortização é lançada como despesa para cada período e reconhecida no resultado da empresa (GRANADO, 2019).

É importante ressaltar que nem todos os bens, tangíveis ou intangíveis, precisam ser incorporados à contabilidade, especialmente aqueles de pequeno valor. No entanto, é essencial que os gestores registrem e avaliem esses ativos para obter uma imagem precisa do patrimônio da empresa e fornecer informações para a tomada de decisões gerenciais (GRANADO, 2019).

3.2 Ativos

O conceito de ativo na contabilidade representa os recursos e direitos detidos por uma empresa em determinado período, decorrentes de suas transações e que se espera que gerem benefícios financeiros futuros. Esses ativos podem se apresentar tanto de forma tangível quanto intangível, ou seja, podem ter ou não uma forma física palpável. A inclusão desses ativos no Balanço Patrimonial ocorre nos grupos de ativo circulante e ativo não circulante, sua mensuração é baseada na liquidez (IUDÍCIBUS, 2022). De acordo com Iudícibus (2009), os ativos são definidos como recursos sob controle da entidade capazes de gerar fluxo de caixa, são classificados segundo critérios como controlabilidade, direitos específicos a benefícios futuros e exclusividade.

Quanto à mensuração dos ativos, Hendriksen e Van Breda (2007) explicam que é o processo de atribuição de valores monetários significativos a objetos ou eventos relacionados à empresa, permitindo sua agregação ou desagregação conforme necessário. Essa mensuração se baseia em valores de entrada e saída, sendo os custos contabilizados ao longo do período. Portanto, o ativo engloba todos os recursos, tangíveis ou não, sob controle da organização, visando benefícios econômicos futuros.

Além disso, é importante ressaltar que o total de ativos das empresas é frequentemente utilizado como uma medida em estudos acadêmicos para representar o porte das empresas (ALSAEED, 2006). Há argumentos que sugerem que empresas de maior porte tendem a apresentar maior divulgação em seus relatórios contábeis (LEUZ; VERRECCHIA, 2000; LOPES; RODRIGUES, 2007), pois essa divulgação também influenciada pelo nível de governança corporativa em que a empresa está inserida (COFFEE, 1999; IBGC, 2003; MALACRIDA; YAMAMOTO, 2006).

3.3 Ativos intangíveis

No conjunto de contas do ativo, destacam-se os ativos intangíveis, os quais podem ser descritos de forma básica como bens não físicos, ou seja, incorpóreos. Conforme Hendriksen e Van Breda (2007), os ativos intangíveis se tratam de uma das áreas mais desafiadoras da contabilidade devido às dificuldades em sua definição e às incertezas relacionadas à mensuração de seus valores e à estimativa de suas vidas úteis.

Outra definição para os ativos intangíveis, proposta por Kayo (2002) em sua tese de doutorado, é que eles representam um conjunto organizado de conhecimentos, práticas e

atitudes da empresa que, ao se inter-relacionar com seus ativos tangíveis, contribui para a criação de valor das empresas.

Exemplos de ativos intangíveis incluem patentes, franquias, marcas, direitos autorais, *softwares* desenvolvidos, bancos de dados, desde que sejam identificáveis, controlados e capazes de gerar benefícios econômicos futuros (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 2007).

O reconhecimento de um ativo intangível segue as mesmas diretrizes aplicável aos ativos. De acordo com Lopes (2017), o SFAC (Comunicados de Conceitos Contábeis) estipula que um item deve ser reconhecido quando atender à definição apropriada for mensurável, relevante e confiável. Segundo Hendriksen e Van Breda (2007), os ativos intangíveis são desafiadores de medir, uma vez que não podem ser identificados separadamente, como é o caso do *goodwill*. Todos os ativos intangíveis são amortizados ao longo de um período não superior a quarenta anos (GHEDINI, 2018).

O *goodwill* é um conceito contábil que se refere ao valor intangível associado a uma empresa que excede o valor líquido de seus ativos identificáveis, representando a diferença entre o valor pago na aquisição de uma empresa e a soma dos valores justos dos seus ativos tangíveis e intangíveis identificáveis, menos as suas obrigações (IUDÍCIBUS; *et. al.*, 2021).

Goodwill pode ser descrito como a soma daqueles atributos intangíveis de um negócio que contribuem para o seu sucesso, tais como: uma localização favorável, uma boa reputação, a habilidade e perícia dos seus empregados e gestores e sua relação duradoura com credores, fornecedores e clientes (GLAUTIER; UNDERDOWN, 2001).

Segundo a literatura, o *goodwill* é considerado um ativo intangível porque não pode ser fisicamente separado ou identificado como outros ativos tangíveis, como imóveis ou equipamentos por serem gerados a partir de fatores e/ou vantagens competitivas que não são facilmente quantificáveis (IUDÍCIBUS; *et. al.*, 2021).

3.4 Normas internacionais de contabilidade para ativos intangíveis

No contexto das normas internacionais, o tratamento contábil dos ativos intangíveis experimentou um avanço significativo com a emissão do pronunciamento IAS nº 38, que aborda especificamente esse subgrupo. Este pronunciamento foi emitido pelo *International Accounting Standards Committee* (IASC), criado em 1973 e elaborado por um conselho de padrões de contabilidade, o *International Accounting Standards Board* (IASB). O

IASB é uma entidade independente do setor privado, sediada em Londres, Reino Unido, composta por um conselho de membros representando mais de 140 entidades profissionais de todo o mundo, incluindo o Brasil, que é representado pelo Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) (NIYAMA, 2006).

Os principais aspectos abordados pela IAS 38 dizem respeito à natureza e ao reconhecimento dos ativos intangíveis, à mensuração dos custos e à contabilização da amortização e das perdas por *impairment* desses ativos (CARVALHO; LEMES, 2010). A IAS 38 prescreve o tratamento dos ativos intangíveis que não são especificados por outras normas, abrangendo gastos com publicidade, treinamento, pré-operacionais, pesquisas e desenvolvimento, patentes, licenças, filmes cinematográficos, *software*, conhecimento técnico, franquias, fidelidade de clientes, participação no mercado, lista de clientes e itens similares (CARVALHO; LEMES, 2010).

As demonstrações contábeis devem refletir o valor agregado dos gastos com pesquisas e desenvolvimento reconhecidos como despesa durante o período (NIYAMA, 2008).

Segundo Carvalho e Lemes (2010), as empresas incorrem em gastos financeiros no processo de aquisição, desenvolvimento, manutenção ou melhoria de ativos intangíveis. No entanto, para que esses gastos sejam classificados como ativos intangíveis, três aspectos devem ser considerados: identificação, controle e geração de benefícios econômicos.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente, de acordo com a IAS 38, devem ser mensurados pelo seu custo, que inclui o valor de compra e quaisquer impostos sobre a compra, bem como as despesas necessárias para colocar o ativo em uso. Se o pagamento por um ativo intangível exceder os prazos normais de crédito, o custo do ativo será o preço à vista, e a diferença entre os dois montantes deve ser reconhecida como despesa de juros ao longo do prazo do financiamento (CARVALHO; LEMES, 2010). Quando um ativo intangível é adquirido em uma combinação de negócios, seu custo será baseado em seu valor justo na data da aquisição, com a estimativa mais confiável desse valor justo baseada no preço cotado no mercado (CARVALHO; LEMES, 2010).

3.5 Normas brasileiras de contabilidade para ativos intangíveis

O subgrupo dos ativos intangíveis, inserido no grupo de contas do ativo permanente no balanço patrimonial, representa uma subdivisão do ativo imobilizado, conforme estabelecido pela Lei 11.638/2007. Esta legislação redefiniu os ativos corpóreos de

uso permanente e os intangíveis, representando os bens incorpóreos, ou seja, aqueles desprovidos de forma física, conforme mencionado no artigo 179 da referida lei.

A Lei nº 11.638/07, ao alterar e introduzir dispositivos, principalmente no que se refere à elaboração das demonstrações contábeis, visa adequar os relatórios brasileiros à nova realidade globalizada e aos padrões contábeis internacionais.

A reestruturação do balanço patrimonial, com a inclusão dos ativos intangíveis, foi estabelecida após a promulgação da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, que passaram a considerar o Ativo composto pelo Ativo circulante e não circulante, com subgrupos como realizável em longo prazo, investimentos, imobilizados e intangíveis.

O Comitê de Pronunciamento Técnico, por meio do CPC 04, também aborda os ativos intangíveis, apresentando critérios específicos para o seu reconhecimento, métodos de mensuração do valor contábil e divulgação desses ativos, alinhando-se às Normas Internacionais de Contabilidade, em especial a IAS 38.

A adoção do subgrupo Intangível implicou a reclassificação de muitos ativos anteriormente registrados em outros subgrupos de contas, alterando assim a composição do balanço patrimonial. Essa mudança é positiva, pois facilita a análise das demonstrações por investidores estrangeiros interessados em empresas brasileiras, uma vez que o tratamento dos ativos intangíveis nas normas brasileiras segue os mesmos princípios das normas internacionais (IUDÍCIBUS, 2012).

No contexto internacional, o tratamento dos ativos intangíveis deve seguir os critérios de evidenciação estabelecidos pela IAS 38. Inicialmente, o ativo intangível é identificado com base em sua capacidade de gerar benefícios econômicos futuros e, quando viável, seu custo é mensurado. A mensuração pode ser realizada pelo método de custo ou pelo método de reavaliação. As empresas devem divulgar todas as informações relevantes sobre os ativos intangíveis, incluindo a vida útil do ativo, se definida ou indefinida, e as formas de amortização quando aplicável (HENDRIKSEN, 2007).

3.6 Estudos sobre ativos intangíveis

Existem diversos estudos que abordam a relevância dos ativos intangíveis e seu impacto na determinação do patrimônio das empresas, apresenta-se a seguir os trabalhos utilizados para o embasamento teórico desta pesquisa.

Schvirck (2006) buscou examinar como 120 empresas brasileiras tratam a reavaliação de ativos em termos de realização, tributação e periodicidade, além de analisar os

impactos dessas práticas nas demonstrações contábeis. Por meio de uma abordagem bibliográfica sobre teorias contábeis e legislações pertinentes, o autor constatou que muitas empresas não estão em conformidade com a legislação relativa à reavaliação, e que os métodos utilizados podem ter motivações especulativas e oportunistas, visando melhorar a imagem da empresa no mercado. Isso pode resultar em balanços incomparáveis e avaliações equivocadas da situação das empresas.

Um estudo adicional investigou a relação entre ativos intangíveis e desempenho empresarial, com o objetivo de analisar o impacto dos ativos intangíveis não contabilizados no desempenho das empresas.

Os autores, Perez e Famá (2006), examinaram se os ativos intangíveis contribuem para a criação de valor aos acionistas em empresas norte-americanas. Os resultados revelaram diferenças significativas de desempenho entre empresas com maior ou menor presença de ativos intangíveis em sua estrutura, demonstrando que as empresas com mais ativos intangíveis tendem a gerar mais valor aos acionistas.

Por outro lado, no estudo conduzido por Rolim (2008), o foco está na análise da convergência para as normas internacionais de contabilidade em empresas britânicas listadas no índice FTSE 100, na Bolsa de Londres, durante o ano de 2006. A pesquisa, de natureza descritiva e hipotético-dedutiva, envolveu 59 empresas selecionadas aleatoriamente, visando identificar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis conforme estabelecido pela IAS 38 (Normas Internacionais de Contabilidade).

Os resultados revelaram que apenas 18,6% das empresas alcançaram um nível de excelência na evidenciação dos ativos intangíveis, mesmo após a obrigatoriedade legal. A média do nível de evidenciação foi de 71,43%, indicando uma adesão favorável à convergência. Rolim (2008) enfatiza que o não cumprimento da norma IA 38 pode gerar assimetria informacional, enquanto o seu cumprimento integral poderia promover transparência nas relações comerciais.

Esses estudos, portanto, evidenciam a importância dos ativos intangíveis e justificam a realização de pesquisas para compreender melhor o impacto desses ativos no desempenho e na valorização das empresas.

4 METODOLOGIA

Para conduzir uma análise abrangente sobre a ascensão dos bens intangíveis, optou-se por uma revisão sistemática da literatura, complementando com a pesquisa bibliométrica. Empregando, assim, métodos específicos para extrair padrões e tendências na produção científica sobre bens intangíveis.

4.1 Tipo de pesquisa

A metodologia utilizada se caracteriza como descritiva e bibliográfica, realizando uma revisão sistemática da literatura, complementando com o uso dos procedimentos de bibliometria. Quanto à abordagem do problema, essa pode ser vista como quantitativa e qualitativa.

Uma pesquisa descritiva é um tipo de estudo que busca descrever fenômenos, situações ou características de uma população ou fenômeno em particular. Ela se concentra em coletar e analisar dados para identificar padrões, tendências ou relações entre variáveis, sem necessariamente estabelecer relações de causa e efeito. Esse tipo de pesquisa é frequentemente utilizado para investigar a distribuição de variáveis em uma população, entender a prevalência de certos comportamentos ou características, ou mesmo para fornecer uma descrição detalhada de um evento ou situação (SILVA, 2018).

Já a pesquisa bibliográfica é um tipo de investigação que se baseia na análise de material já publicado, como livros, artigos científicos, teses, dissertações e outros documentos relevantes. Esse método é utilizado para coletar informações e compreender o estado atual do conhecimento sobre um determinado tema, permitindo ao pesquisador identificar lacunas, estabelecer relações entre diferentes trabalhos e construir uma base teórica sólida para o seu estudo. A pesquisa bibliográfica é fundamental em diversas áreas do conhecimento, pois oferece uma visão abrangente do que já foi estudado e discutido sobre um tópico específico (MARCONI; LAKATOS, 2017).

A revisão sistemática da literatura é uma metodologia de pesquisa rigorosa e estruturada que visa identificar, avaliar e sintetizar todas as evidências relevantes disponíveis sobre uma questão específica de pesquisa. Diferente das revisões tradicionais, a revisão sistemática segue um protocolo pré-definido que inclui critérios claros de inclusão e exclusão, uma busca abrangente nas bases de dados, e a análise crítica das fontes selecionadas. Esse tipo de revisão é amplamente utilizado nas ciências da saúde e em outras áreas que demandam

uma análise exaustiva e imparcial das evidências para informar decisões práticas ou futuras pesquisas (KITCHENHAM, 2004).

A pesquisa bibliométrica é uma abordagem metodológica que se utiliza de métodos quantitativos para analisar a produção científica registrada em diversas fontes bibliográficas. Essa abordagem proporciona uma visão estruturada e abrangente do estado atual de uma determinada área do conhecimento, permitindo a identificação de padrões, tendências e redes de colaboração entre pesquisadores (SOARES; PICOLLI; CASAGRANDE, 2018).

O primeiro passo desse tipo de pesquisa é a definição clara do tema de interesse, que guiará as buscas nas bases de dados. Em seguida, são identificados termos e palavras-chave relevantes que serão utilizados para realizar buscas eficientes. A seleção criteriosa de bases de dados, como Capes e SciELO, garante uma cobertura representativa da produção científica na área em questão (SILVA, 2018).

Estabelecer critérios de inclusão e exclusão é fundamental para garantir a consistência e relevância dos resultados. Isso pode incluir restrições quanto ao período de publicação, idioma, tipo de publicação, entre outros fatores. A coleta de dados é realizada de forma sistemática, com busca e seleção rigorosas de documentos (FINK, 2014).

A análise bibliométrica, então, entra em cena, utilizando métodos estatísticos para examinar os dados coletados. Isso pode incluir a identificação de frequências, distribuição temporal de publicações, redes de coautoria, principais autores e instituições envolvidas. A interpretação desses resultados permite não apenas compreender o estado atual da literatura, mas também identificar lacunas, áreas de maior produção e colaboração, e potenciais direções para futuras pesquisas (ZUPIC; ČATER, 2015).

Finalmente, os resultados são apresentados de maneira estruturada em um relatório, proporcionando uma visão clara das descobertas, tendências identificadas e considerações relevantes. Em suma, a pesquisa bibliométrica é uma ferramenta importante para mapear o desenvolvimento científico, contribuindo para o avanço do conhecimento em diversas áreas do saber (VAN RAAN, 2019).

4.2 Coleta, tratamento e análise dos dados

Iniciou-se o processo metodológico com uma revisão exploratória preliminar, na qual o objetivo foi identificar os termos e palavras-chave mais relevantes relacionados ao tema de bens intangíveis. Esse levantamento inicial foi fundamental para construir estratégias

de busca robustas e sistemáticas que assegurassem a abrangência e a qualidade dos estudos encontrados. As palavras-chave definidas após essa etapa foram: intangível e ativo intangível, criando combinações lógicas que ampliaram a sensibilidade e a especificidade das buscas.

A coleta de dados foi realizada entre 7 de maio de 2024 e 6 de junho de 2024. Para garantir uma cobertura representativa da produção científica nacional, utilizou-se a base de dados 1 - Scielo e a base de dados 2 - Periódicos CAPES, reconhecidas pela sua ampla acessibilidade e pela qualidade dos periódicos indexados. Foram aplicados filtros para selecionar artigos no idioma português, revisados por pares, publicados entre 2019 e 2023 e que apresentassem relação direta com o tema de bens intangíveis.

A estratégia de busca foi avançada incluindo descritores controlados e palavras-chave livres, empregando combinações como “intangível e ativo intangível” em todo o documento. As informações extraídas dos artigos incluíram título, autores, ano de publicação, fonte, palavras-chave, resumo e o arquivo completo do artigo, o que permitiu uma análise detalhada e ampla sobre o conteúdo de cada estudo selecionado.

A revisão sistemática foi conduzida com base no protocolo PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*), que foi adaptado para as especificidades deste estudo. O processo de seleção seguiu um fluxo lógico: leitura sequencial de títulos, resumos e textos completos. Inicialmente, os artigos com títulos claros e relacionados ao tema foram selecionados, enquanto aqueles que não demonstraram relevância temática foram excluídos. Durante a leitura dos resumos, foram considerados apenas os documentos cuja abordagem fosse direta e explícita sobre bens intangíveis, descartando-se aqueles que apresentassem apenas aplicações práticas sem fundamentação teórica ou crítica. Por fim, a leitura integral dos textos foi realizada para verificar a consistência, profundidade e relevância dos artigos para responder à questão norteadora do estudo.

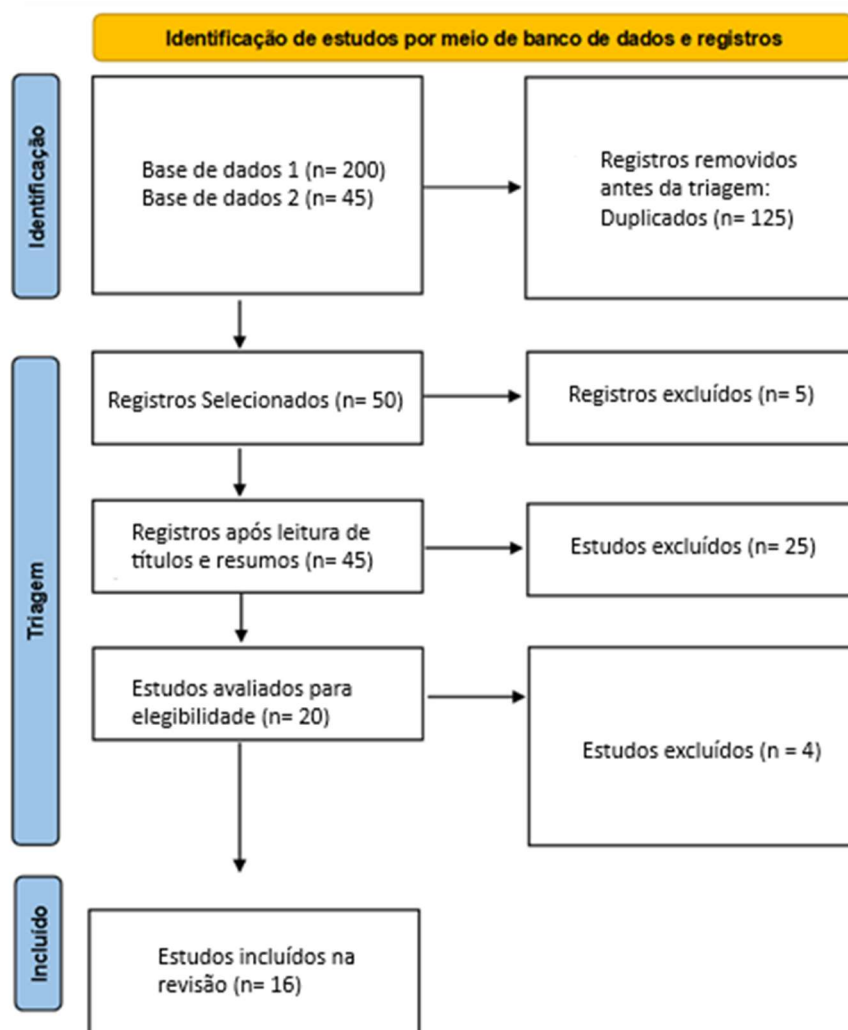
Foram estabelecidos critérios claros de inclusão e exclusão para garantir a qualidade dos estudos analisados. Os critérios de inclusão consideraram artigos publicados entre 2019 e 2023, revisados por pares, disponíveis em português e que apresentassem uma contribuição significativa para o entendimento de bens intangíveis. Por outro lado, foram excluídos artigos cujo título não apresentasse clareza temática, resumos que não abordassem diretamente os temas propostos ou que estivessem em idiomas diferentes de português. Além disso, documentos com foco exclusivo em aplicações práticas, sem análise teórica ou crítica, foram desconsiderados.

Ao longo do processo de triagem, os estudos foram filtrados em quatro etapas. Primeiramente, identificou-se um total de 245 registros provenientes da base de dados. Após a

remoção de 125 registros duplicados, restaram 120 estudos. Na triagem inicial, com base na leitura dos títulos, 70 estudos foram excluídos, restando 50 para análise dos resumos.

Após a análise dos resumos, 25 estudos foram excluídos por não atenderem aos critérios de inclusão, restando 25 para a avaliação completa do texto. Por fim, 16 artigos foram incluídos na revisão, pois demonstraram profundidade analítica e relação direta com o tema estudado. O processo completo foi sistematizado no fluxograma PRISMA, representado pela Figura 1.

Figura 1 - Fluxograma PRISMA 2020 do processo de busca e seleção dos artigos



Fonte: adaptado de PRISMA, 2020.

O rigor metodológico obtido pelo protocolo PRISMA assegurou a seleção de materiais de qualidade e pertinência, oferecendo uma base sólida para responder à questão norteadora do estudo sobre bens intangíveis.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a leitura detalhada dos dezesseis artigos selecionados, os dados extraídos de cada estudo foram organizados e inseridos em uma planilha do *Excel*, com o objetivo de facilitar a análise e a categorização dos indicadores bibliométricos. Esse processo possibilitou a criação de categorias temáticas e a realização de uma estatística descritiva, fundamental para o tratamento quantitativo dos dados bibliométricos. Com isso, foi possível identificar tendências, padrões e lacunas na literatura, fornecendo uma visão estruturada e abrangente sobre os principais enfoques e contribuições das pesquisas analisadas sobre bens intangíveis.

5.1 Resultados bibliométricos

Nesta seção são discutidos os resultados da pesquisa bibliométrica, referente aos 16 artigos que foram selecionados ao final e trataram sobre ativos intangíveis. Na Tabela 1 são apresentados os resultados da distribuição temporal dos artigos investigados.

Tabela 1- Número de publicações por ano.

Ano	Quantidade de Artigos	Percentual (%)
2019	3	18,75
2020	5	31,25
2021	3	18,75
2022	2	12,50
2023	3	18,75
Total	16	100

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

O ano com mais publicações foi o de 2020, representando 31,25% dos artigos selecionados. Nos anos posteriores houve uma diminuição nas publicações, 2021 e 2023 com 18,75% e 2022 com 12,50%, pois não é possível estabelecer uma relação com relação ao período com mais publicações.

Na Tabela 2 são apresentados os resultados da distribuição de artigos por periódicos, ISSN e Qualis.

Tabela 2- Distribuição de artigos por periódicos e Qualis

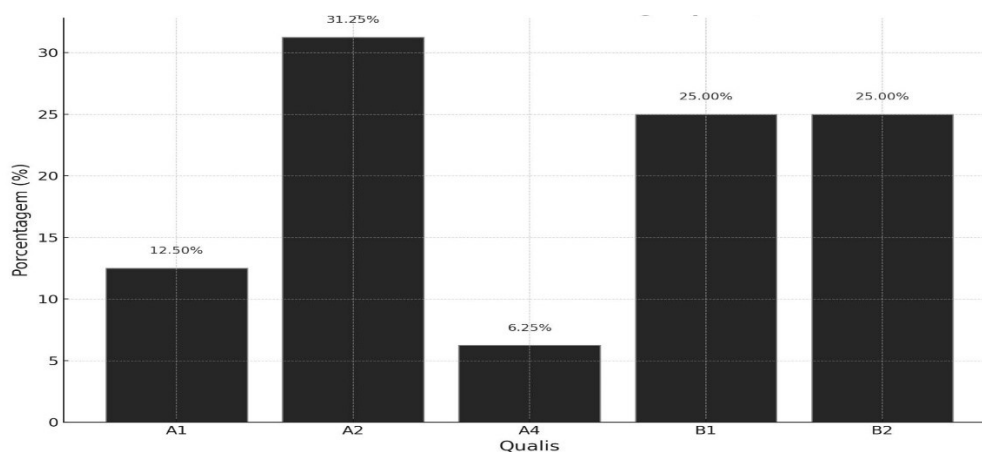
Periódico	ISSN	Qualis	Quantidade de artigos
Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis	2446-9513	A2	1
Revista de Estudos Brasileños	2386-4540	B1	1
Revista de Administração, Contabilidade e Economia	2179-4936	A4	1
Revista Brasileira de Gestão de Negócios	1806-4892	B1	1
Revista de Administração Contabilidade e Economia	2179-4936	A2	1
Revista de Gestão de Tecnologia	2237-4558	B2	1
Enfoque: Reflexão Contábil	1517-9087	A2	2
Revista Contemporânea De Contabilidade	1807-1821	A1	1
Revista ENIAC Pesquisa	2316-2341	B1	2
Revista Produção <i>Online</i>	1676-1901	A1	1
Revista de Gestão e Secretariado	2178-9010	B2	3
Revista de Administração de Empresas	2178-938X	A2	1
Total			16

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

A Revista de Gestão e Secretariado tem três periódicos sobre o tema, responsável por 18,75 % das publicações. Os estratos do Qualis das Áreas de Administração, Contabilidade e Economia são A, superiores em termos de avaliação, indicam uma melhor revista, e teve cerca de 50% de artigos publicados nesses estratos. Destaca-se essa importância, pois indicam trabalhos de melhor qualidade sobre o tema.

No gráfico 1 são apresentadas as relações dos artigos por estrato Qualis.

Gráfico 1- Relação de artigos por estrato Qualis

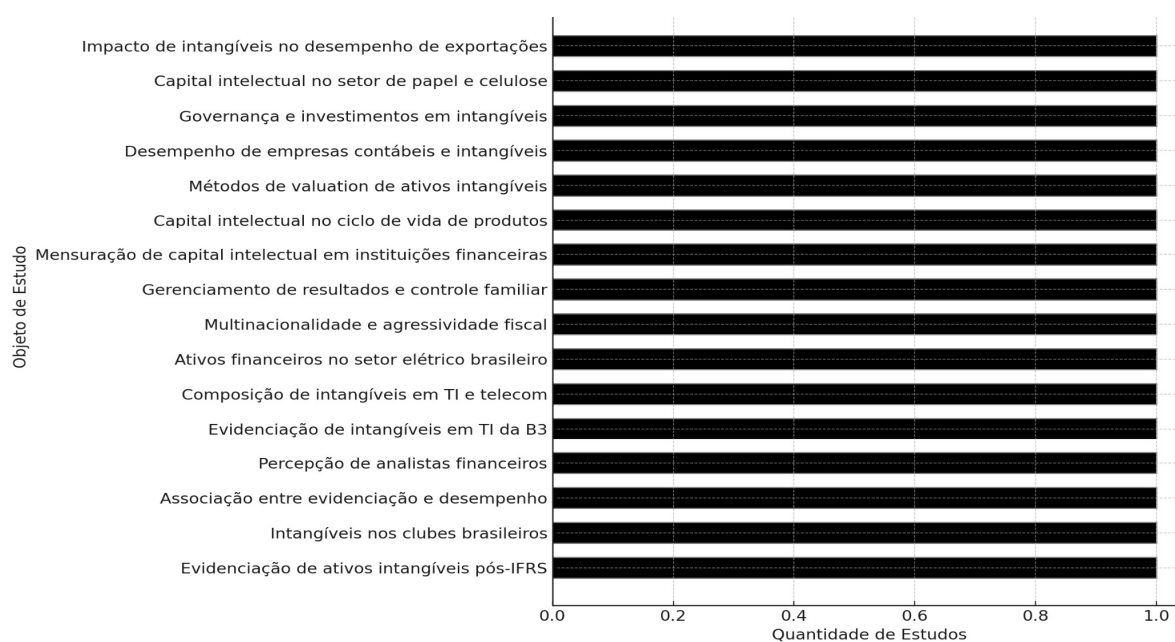


Fonte: Elaborado pelo autor, 2025

O Gráfico 1, destacou-se a revista com estrato Qualis A2, com cinco artigos publicados, o que representa 31,25% do total de publicações, teve 4 publicações com estrato Qualis B1 e o estrato Qualis B2, representando 25% das publicações cada, 12,50% das publicações foi no estrato Qualis A1, finalizando com 1 artigo publicado na revista com estrato Qualis A4 com 6,25% de publicação.

No Gráfico 2 apresenta a distribuição de estudos por diferentes objetos de estudo na área de ativos intangíveis.

Gráfico 2- Estudos por objeto de estudo

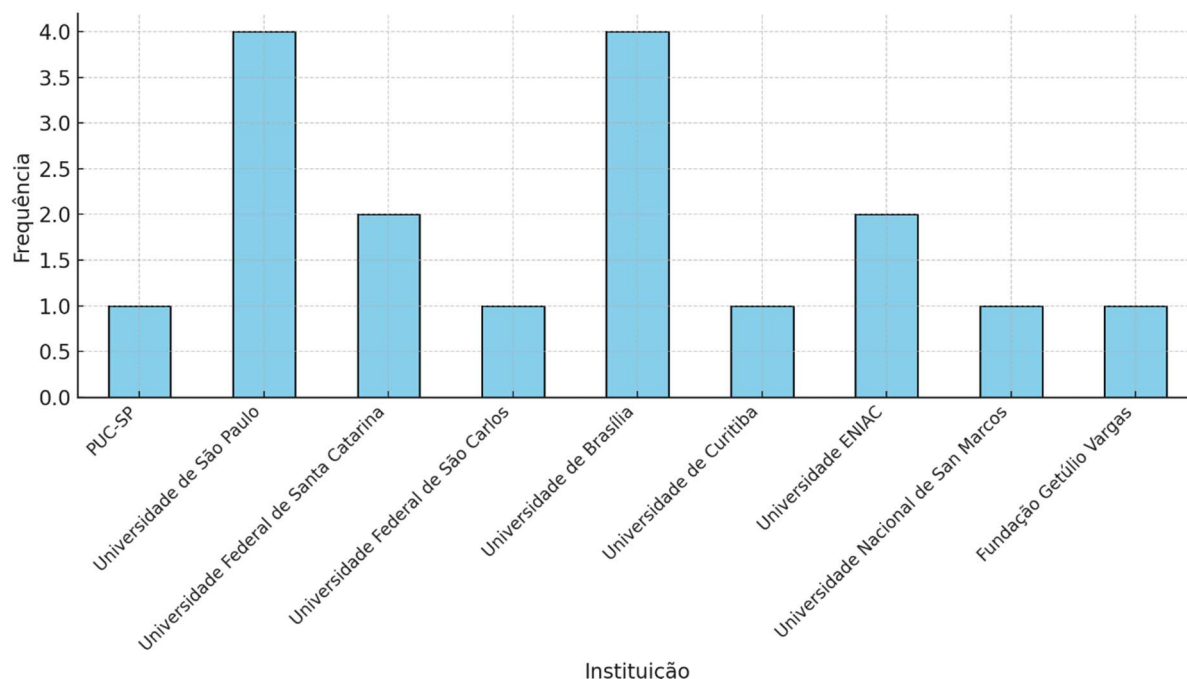


Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Observa-se no Gráfico 2 que cada artigo analisado possui objetos de estudo distintos, assim não existe repetições de temas, no entanto eles apresentam áreas de maior interesse relacionadas ao capital intelectual.

O Gráfico 3 apresenta a frequência das instituições representadas nos artigos analisados. As instituições acadêmicas e de pesquisa são fundamentais para a produção científica e, nesse contexto, destaca-se o papel de diferentes universidades na autoria ou coautoria dos estudos sobre o tema em questão.

Gráfico 3- Frequência das instituições representadas nos artigos analisados



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

De acordo com o Gráfico 3, identifica-se a distribuição das publicações acadêmicas por instituição, calculadas em porcentagens. A Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade de Brasília (UnB) são as instituições mais representadas, contribuindo com 25% das publicações cada uma. Juntas, essas duas instituições respondem por 50% do total de publicações analisadas, destacando-se como polos de produção acadêmica de grande relevância.

Outras instituições, como a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Universidade ENIAC, também demonstram uma participação significativa, com 12,5% cada. Já as demais instituições, incluindo a PUC-SP, Universidade Federal de São Carlos, Universidade de Curitiba, Universidade Nacional de San Marcos, e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), contribuem individualmente com 6,25% cada.

Sobre a quantidade de autores utilizados, percebeu-se que, por meio da análise exploratória da produção acadêmica que nos artigos analisados, não há repetição de autores. Cada um dos pesquisadores aparece em apenas um artigo, o que evidencia uma diversidade significativa de contribuintes, refletindo assim, a natureza descentralizada da pesquisa acadêmica sobre o tema, com colaborações de diferentes autores, possivelmente oriundos de diversas instituições e áreas de especialização.

Esse cenário contribui para a pluralidade de perspectivas na abordagem do tema, enriquecendo as discussões científicas e promovendo a diversidade metodológica e teórica. Ainda, a ausência de repetição de autores também pondera que não há predominância de orientadores ou pesquisadores recorrentes liderando múltiplos estudos, o que pode indicar um campo de pesquisa em expansão, com contribuições descentralizadas e distribuídas entre diferentes grupos de pesquisa.

Entretanto, ao pesquisar sobre a frequência de envolvimento de cada autor nos bancos de dados, verificou-se um número de frequência de envolvimento desses autores de estudos da área contábil. Nesse sentido, a Tabela 3 a seguir apresenta uma síntese dos autores mais destacados na literatura acadêmica brasileira que abordam o tema de ativos intangíveis. Além de identificar os pesquisadores, ela também expõe o número de estudos relacionados que esses autores desenvolveram, demonstrando a relevância e a recorrência de suas contribuições para a área contábil. As informações foram elaboradas por meio da pesquisa do Google Scholar por abranger mais publicações acadêmicas, destacando a proliferação do tema em diferentes contextos, como desempenho empresarial, governança corporativa e normatização contábil.

A Tabela 3 apresenta a contribuição principal relacionada ao mesmo objeto de estudo dos autores.

Tabela 3- Autores e Contribuições Relacionadas ao Mesmo Objeto de Estudo

Autor	Publicações Relacionadas	Contribuição Principal
Valcemiro Nossa	15	Contabilidade gerencial e estratégica, intangíveis e Relatórios financeiros.
Carlos Del Castillo Guardamino	6	Gestão empresarial e análise de desempenho em economias emergentes, incluindo ativos intangíveis.
José Ventura Egoávil	5	Desempenho financeiro e gestão estratégica de recursos intangíveis.
Nadia Cardoso Moreira	4	Relação entre intangíveis, governança e gestão tributária.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

A Tabela 3 sintetiza os autores que possuem investigações relacionadas à área de contabilidade em suas outras publicações. Destaca-se Valcemiro Nossa como o pesquisador mais prolífico, com quinze estudos voltados para temas como contabilidade gerencial,

estratégica e relatórios financeiros que frequentemente incluem ativos intangíveis. Isso indica sua especialização consolidada na área.

Carlos Del Castillo Guardamino e José Ventura Egoávil, com seis e cinco publicações, respectivamente, também possuem uma trajetória significativa, focando em desempenho financeiro e análise de economias emergentes, com ênfase em recursos intangíveis. Por fim, Nadia Cardoso Moreira, com quatro publicações, se diferencia ao investigar a relação entre governança corporativa, gestão tributária e ativos intangíveis, o que consolida sua relevância no estudo dos impactos estratégicos desses recursos (Tabela 3).

5.2 Revisão sistemática: que dizem as pesquisas sobre o ativo intangível

O Quadro 1 apresenta uma síntese detalhada dos dezesseis artigos selecionados para este estudo, organizados com informações relevantes como título, objetivo, metodologia empregada e principais achados. Esses artigos foram identificados a partir de uma revisão sistemática que utilizou critérios de inclusão e exclusão, garantindo a qualidade e a pertinência dos estudos para a compreensão do tema.

Nesta seção, são discutidos os principais resultados das pesquisas analisadas, com ênfase nos temas centrais que emergiram do levantamento, como a evidenciação de ativos intangíveis, a mensuração e gestão do capital intelectual, e as relações entre desempenho organizacional e intangibilidade.

Além disso, são exploradas as implicações práticas e teóricas dos achados, apontando como os ativos intangíveis têm sido tratados em diferentes contextos e setores. Por fim, com base nos estudos, são sugeridos direcionamentos para pesquisas futuras, destacando os aspectos que merecem maior aprofundamento para uma compreensão mais robusta e integrada dos ativos intangíveis.

Quadro 1 – Síntese das informações dos artigos sobre ativo intangível

Autor(es)	Título	Objetivo	Método	Principais Achados
Pinto <i>et al.</i> (2019)	O Nível de Evidenciação do Ativo Intangível Após a Adoção das IFRS.	Analisar o nível de aderência às exigências de evidenciação obrigatórias do ativo intangível, conforme IAS 38.	Qualitativo-descritivo, análise documental de demonstrações financeiras. A amostra final foi composta por 75 empresas brasileiras e 32 empresas portuguesas.	Setores analisados atenderam mais de 50% das exigências, mas nenhum cumpriu integralmente. Petróleo e Gás e Utilidade Pública tiveram maior conformidade.
Assis e Nakamura (2019)	O Intangível nos Clubes Brasileiros.	Identificar os intangíveis registrados nas demonstrações contábeis dos clubes brasileiros e sua representatividade.	Quantitativo, análise de demonstrações contábeis de 27 clubes brasileiros em 2019.	Gastos com formação de atletas representaram 97% dos intangíveis registrados. Em média, 16,86% do ativo total são compostos por intangíveis.
Pacheco e Souza (2019)	Associação entre o nível de evidenciação dos ativos intangíveis e o desempenho.	Verificar a associação entre o nível de evidenciação dos ativos intangíveis e o desempenho econômico-financeiro dos clubes de futebol brasileiros	A amostra da pesquisa são os clubes que participaram do Campeonato Brasileiro das Séries A e B de 2017, visto que foram analisados os anos de 2013 a 2016.	Clubes são parcialmente transparentes, nível de evidenciação acima da média (cerca de 60%)
Cavalcanti <i>et al.</i> (2020)	Os Ativos Intangíveis Têm Importância para os Analistas Financeiros.	Investigar como e em que medida os ativos intangíveis influenciam as avaliações de analistas financeiros na B3.	Análise de conteúdo de relatórios e regressão quantitativa de empresas listadas na Bolsa de Valores do Brasil (Brasil, Bolsa, Balcão – B3) entre 2010 e 2016.	Analistas citam frequentemente termos relacionados a capital estrutural (estratégia, missão). Não houve relação estatística significativa entre as variáveis estudadas.
Toledo (2020)	Nível de evidenciação de ativos intangíveis pelas	Analisar o nível de evidenciação dos ativos intangíveis pelas	Análise documental com aplicação de <i>checklist</i> com base nos critérios	As empresas do setor de TI apresentaram alta média de

Autor(es)	Título	Objetivo	Método	Principais Achados
	empresas do setor de TI da B3.	empresas do setor de Tecnologia da Informação listadas na B3.	normativos do CPC 04. A amostra foi do setor de Tecnologia da Informação (TI) listadas na B3, durante o período de 2010 a 2017.	evidenciação (77,61%), superior à média de outros setores da B3. Nenhuma empresa alcançou conformidade total com a norma. Empresas Linx S.A. e Quality Software S.A. foram as de maior e menor evidênciação, respectivamente.
Albuquerque Filho (2020)	Análise da composição dos intangíveis nas empresas de TI e telecomunicações da B3.	Analisar como os ativos intangíveis são compostos e evidenciados em empresas de TI e telecomunicações.	Realizou-se uma pesquisa descritiva, conduzida por meio de análise documental e abordagem quantitativa dos dados, que se referem ao período de 2012 a 2018, de uma amostra composta por 15 companhias.	A composição de intangíveis nas empresas de TI e telecomunicações é complexa e pouco evidenciada.
Ferreira <i>et al.</i> (2020)	<i>A Value Relevance</i> dos Ativos Financeiros das Empresas do Setor Elétrico Brasileiro	Verificar a relevância do ativo financeiro registrado no contrato de concessão para explicar a variação do preço da ação das companhias elétricas brasileiras entre 2010 e 2018.	Regressões múltiplas com dados em painel e modelos baseados no modelo de Ohlson.	Os resultados indicaram que os ativos financeiros relativos aos contratos de concessão geram informações relevantes para o mercado de capitais, aumentando em 15% o poder explicativo do modelo.
Moreira, Lima e Nossa (2021)	Multinacionalidade, Ativos Intangíveis e Agressividade Fiscal.	Verificar a relação entre multinacionalidade, agressividade fiscais e ativos intangíveis em empresas brasileiras.	Pesquisa empírica, quantitativa, com a utilização da análise de regressão para o teste de hipóteses. Foram coletados dados referentes às companhias do mercado brasileiro listado na B3 no período de 2010 a 2017.	Os resultados permitem inferir que a presença de multinacionalidade está relacionada a menores níveis de agressividade fiscal, em média. No entanto, a presença de multinacionalidade relacionada a maiores níveis de ativos intangíveis gera maiores níveis de agressividade fiscal.
Lopes <i>et al.</i> (2021)	Gerenciamento de Resultados, Ativos	Verificar a relação entre ativos intangíveis, controle familiar e a	Regressão linear com dados em painel de 449 empresas brasileiras, sendo o	Empresas com maior proporção de intangíveis apresentam menor

Autor(es)	Título	Objetivo	Método	Principais Achados
	Intangíveis e Controle Familiar.	qualidade da informação contábil em empresas brasileiras.	período de 2011 a 2017	gerenciamento de resultados. Controle familiar não mostrou relação significativa com a qualidade.
Bagatini e Feil (2021)	Mensuração do capital intelectual de instituição financeira.	Mensurar o capital intelectual em uma instituição financeira.	Quantitativa, estudo de caso.	O capital intelectual tem grande impacto no desempenho das instituições financeiras, mas é difícil de mensurar.
Almeida <i>et al.</i> (2022)	Capital Intelectual e Sua Influência Sobre o Ciclo de Vida do Produto.	Analisar a influência do capital intelectual sobre as fases do ciclo de vida do produto, propondo um modelo de gerenciamento inteligente.	Pesquisa documental e bibliográfica validada com entrevistas e questionários.	O modelo inteligente de gerenciamento apontou o valor dos itens do capital intelectual, sendo de extrema relevância ao negócio. O conhecimento é o maior bem intangível das entidades se concentrando no seu maior ativo, as pessoas (Recursos Humanos).
Sabino <i>et al.</i> (2023)	Um Estudo Bibliométrico dos Métodos de <i>Valuation</i> .	Analisar os métodos de <i>valuation</i> usados na transferência de tecnologia e propor novas áreas de pesquisa.	Estudo bibliométrico, análise de 63 artigos entre 2005 e 2022.	O método mais utilizado é o Fluxo de Caixa Descontado. Identificada a lacuna no uso de métodos alternativos para a valoração de ativos intangíveis.
Verdinelli e Lizote (2023)	Ativos Intangíveis e Desempenho em Empresas Prestadoras de Serviços Contábeis.	Analisar as relações entre capital humano, estrutural, memória transacional, orientação empreendedora e desempenho.	Abordagem empírica e quantitativa. Os dados obtiveram-se de uma amostra não aleatória com questionários, aplicados a gerentes, coordenadores e assistentes. Os métodos estatísticos usados foram análise fatorial exploratória e confirmatória, modelagem de equações estruturais e regressão múltipla.	Capital humano teve relação positiva com desempenho. Memória transacional e orientação empreendedora não mediaram relações esperadas.
Barbosa <i>et al.</i> (2023)	A influência das dimensões de	Identificar a relação entre intangibilidade e dimensões de	Regressão de dados em painel, análise de 183 empresas não financeiras no período	Controle de corrupção e estado de direito impactam positivamente o

Autor(es)	Título	Objetivo	Método	Principais Achados
	governança regional no investimento de ativos intangíveis das empresas brasileiras.	governança (controle de corrupção e estado de direito) nas empresas brasileiras listadas na B3.	de 2011 a 2019.	grau de intangibilidade das empresas. Regionalidade não foi significativa.
Gomes <i>et al.</i> (2023)	Desempenho Empresarial e Capital Intelectual: Uma análise do setor de papel e celulose.	Avaliar o Capital Intelectual (CI) no setor de papel e celulose e sua relação com o desempenho financeiro das empresas.	Estudo longitudinal, utilizando a metodologia VAIC para análise de relatórios financeiros entre 2009 e 2019, sendo cinco empresas estudadas.	O coeficiente de eficiência de capital humano apresentou maior influência no desempenho financeiro. O CI é um fator essencial para a competitividade do setor.
Guardamino e Egoávil (2023)	Desempenho da exportação na América do Sul: Intangíveis realmente importam para empresas de países em desenvolvimento como o Peru?	Examinar como os ativos intangíveis impactam o desempenho de exportação em empresas do setor têxtil no Peru.	Pesquisa quantitativa com modelo de equações estruturais e método PLS aplicado a 207 empresas em 2022.	Capital humano e estrutural influencia positivamente o desempenho de exportação, enquanto o capital relacional não mostrou impacto significativo.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Os estudos analisados oferecem um panorama abrangente e detalhado sobre a relevância, os desafios e as potencialidades dos ativos intangíveis em diversos setores e contextos organizacionais. Ao investigar questões como evidenciação, mensuração e impacto estratégico desses ativos, os trabalhos trazem contribuições valiosas para o campo contábil e empresarial, ao mesmo tempo em que evidenciam lacunas e possibilidades de avanço.

O estudo de Pinto *et al.* (2019) representa um marco na análise da evidenciação contábil de ativos intangíveis no contexto da adoção das normas internacionais de contabilidade (IAS 38).

A pesquisa, focada nos setores de Petróleo e Gás no Brasil e de Utilidade Pública em Portugal, revelou que, embora esses setores tenham atingido uma conformidade média superior a 50%, nenhum deles cumpriu integralmente as exigências. Essa constatação levanta questões críticas sobre a efetividade das normas internacionais em setores altamente regulamentados e com grande impacto econômico. Além disso, destaca que a complexidade na mensuração dos ativos intangíveis, aliada à falta de capacitação técnica, pode prejudicar a transparência das demonstrações contábeis. Esses desafios comprometem diretamente a qualidade das informações fornecidas aos investidores e reguladores, sugerindo a necessidade de uma maior articulação entre reguladores e empresas para promover práticas mais consistentes e transparentes.

No setor esportivo, o estudo de Assis e Nakamura (2019) desloca o foco para os intangíveis registrados por clubes de futebol brasileiros. Os autores identificaram que os gastos com formação de atletas representam 97% dos intangíveis registrados, compondo, em média, 16,86% do ativo total. Esses números refletem a importância estratégica do capital humano nesse setor. No entanto, o estudo também aponta para uma subutilização de outros potenciais intangíveis, como a marca e os direitos de transmissão. Esse cenário revela a ausência de uma metodologia clara e padronizada para a mensuração desses ativos, o que prejudica a competitividade e a sustentabilidade financeira dos clubes. A partir disso, emerge a necessidade de aprimorar práticas contábeis que valorizem esses ativos de forma consistente, contribuindo para o fortalecimento do setor esportivo como um todo.

Complementando essa perspectiva, Pacheco e Souza (2019) analisaram a relação entre o nível de evidenciação de ativos intangíveis e o desempenho econômico-financeiro dos clubes de futebol brasileiros.

Embora os clubes apresentem uma transparência média acima de 60%, os resultados indicam que a evidenciação ainda é insuficiente para fornecer uma visão clara e consistente sobre a real posição patrimonial dessas instituições. Isso reforça a necessidade de

maior engajamento por parte das organizações esportivas na adoção de práticas contábeis mais rigorosas e alinhadas às normas vigentes, garantindo maior confiança aos investidores e *stakeholders*.

Por outro lado, o estudo de Cavalcanti *et al.* (2020) explora a importância dos ativos intangíveis nas avaliações de analistas financeiros de empresas listadas na B3. Os autores constataram que, embora termos relacionados ao capital estrutural, como estratégia e missão, sejam frequentemente mencionados nos relatórios, os ativos intangíveis não apresentaram impacto estatisticamente significativo nas avaliações de mercado, apontando uma desconexão preocupante entre o valor percebido dos intangíveis e sua relevância estratégica. Isso pode ser atribuído a limitações nos modelos de avaliação utilizados pelos analistas financeiros, que muitas vezes não capturam adequadamente o impacto dos intangíveis. O estudo aponta para a necessidade de repensar os critérios de avaliação no mercado financeiro, incluindo métricas que valorizem esses ativos de forma mais precisa.

No setor de Tecnologia da Informação, o estudo de Toledo (2020) analisa a evidência de ativos intangíveis por empresas desse segmento na B3. Os resultados mostraram que, apesar do nível médio de evidência ter sido elevado (77,61%), nenhuma empresa alcançou conformidade total com as normas do CPC 04. Este achado é especialmente relevante, considerando que o setor de TI é amplamente dependente de ativos intangíveis, como *software*, propriedade intelectual e inovação tecnológica.

A ausência de conformidade total evidencia a necessidade de práticas contábeis mais consistentes e alinhadas às exigências regulatórias, de modo a reforçar a confiança do mercado nas demonstrações financeiras das empresas desse setor. Esses achados se alinham ao estudo de Sabino *et al.* (2023), que destaca a limitação de metodologias tradicionais de mensuração, como o Fluxo de Caixa Descontado, reforçando a necessidade de ferramentas mais sofisticadas para captar a complexidade dos ativos intangíveis.

Ampliando o escopo, Albuquerque Filho (2020) investiga o setor de TI e telecomunicações, apontando uma baixa evidência e grande complexidade na composição dos ativos intangíveis. O autor reforça que os desafios observados por Toledo (2020) não são isolados, mas sim uma característica estrutural de setores intensivos em tecnologia e inovação. Esse padrão sugere que a ausência de padronização metodológica e a dificuldade em traduzir o valor estratégico dos intangíveis em métricas financeiras são barreiras comuns que requerem atenção por parte de reguladores e empresas.

A relação entre esses estudos evidencia uma problemática generalizada que não se limita a setores tecnológicos, mas permeia outras áreas, como apontado em pesquisas sobre governança e gestão.

No setor elétrico, Ferreira *et al.* (2020) examinam a relevância informacional dos ativos financeiros relacionados a contratos de concessão. Os resultados indicam que esses ativos aumentam em 15% o poder explicativo dos modelos de precificação no mercado de capitais, destacando a importância de uma mensuração precisa para aumentar a transparência e atratividade para investidores.

A análise reforça a ideia de que, quando devidamente integrados às práticas contábeis, os intangíveis podem se tornar uma vantagem competitiva. Esse estudo complementa os achados de Toledo (2020) e Albuquerque Filho (2020), sugerindo que práticas bem estruturadas podem mitigar a falta de conformidade observada em setores menos regulados. Além disso, evidencia o impacto positivo que uma governança contábil exerce sobre a percepção de valor dos ativos intangíveis, destacando a necessidade de uma abordagem integrada que inclua políticas específicas para setores estratégicos.

No contexto da governança corporativa, Moreira, Lima e Nossa (2021) investigam como multinacionalidade e agressividade fiscal se relacionam com ativos intangíveis em empresas brasileiras. Os resultados mostram que empresas multinacionais tendem a adotar estratégias fiscais mais agressivas, mas a relação com os ativos intangíveis varia dependendo das *proxies* utilizadas, com impactos negativos em alguns casos. Essa ambiguidade destaca uma questão relevante: apesar de serem considerados ativos estratégicos, os intangíveis ainda não são plenamente utilizados como ferramentas de gestão tributária.

O estudo sugere que políticas fiscais mais robustas poderiam incentivar as empresas a explorar melhor esses ativos. Esses achados dialogam com os resultados de Ferreira *et al.* (2020), que evidenciam o papel da governança na valorização dos intangíveis, indicando que a interação entre práticas contábeis, fiscais e de governança pode potencializar os benefícios estratégicos desses ativos.

Por fim, Bagatini e Feil (2021) analisam o impacto do capital intelectual – especialmente do capital humano – no desempenho de uma instituição financeira. Os autores identificam o capital humano como o principal determinante do desempenho organizacional, mas ressaltam a dificuldade de mensurá-lo devido à falta de padronização metodológica e à subjetividade envolvida na avaliação dos intangíveis. Esse desafio é recorrente em diversos setores, como evidenciado por Toledo (2020) e Sabino *et al.* (2023), que também apontam a necessidade de ferramentas mais sofisticadas para capturar a complexidade e relevância

estratégica dos intangíveis. Além disso, o estudo sugere que, em setores intensivos em conhecimento, como o financeiro e o de TI, a adoção de metodologias que combinem análises qualitativas e quantitativas pode oferecer mais benefícios para a gestão estratégica dos ativos intangíveis.

Ao analisar esses estudos em conjunto, emergem padrões claros: (1) a dificuldade generalizada de mensuração e evidenciação dos ativos intangíveis, independentemente do setor; (2) a relevância da governança e de práticas contábeis bem estruturadas para aumentar a transparência e a confiança no mercado; e (3) o papel central do capital humano como componente-chave do desempenho organizacional. Embora cada setor apresente especificidades, a interconexão entre os estudos sugere que os avanços na mensuração e gestão de intangíveis dependem de esforços coordenados entre empresas, reguladores e pesquisadores. Essa colaboração é essencial para superar as barreiras existentes e maximizar o potencial dos ativos intangíveis como fontes de valor e competitividade.

O estudo de Lopes *et al.* (2021) examina a relação entre ativos intangíveis, controle familiar e gerenciamento de resultados. Os autores observam que empresas com maior proporção de ativos intangíveis tendem a apresentar menor manipulação de resultados, o que pode ser atribuído ao maior escrutínio do mercado sobre esses ativos.

No entanto, o controle familiar, frequentemente associado a práticas conservadoras de governança, não apresentou impacto significativo na qualidade da informação contábil. Essa descoberta destaca a complexidade das dinâmicas de governança organizacional e como ela interage com os ativos intangíveis. Quando comparados aos achados de Barbosa *et al.* (2023), que identificam a governança institucional como um fator essencial para o investimento em intangíveis, percebe-se que a influência da governança pode variar substancialmente conforme o nível em que ela é exercida – seja organizacional ou institucional. Isso sugere que políticas nacionais robustas podem complementar as limitações observadas em empresas familiares, criando um ambiente mais favorável à valorização dos intangíveis.

No setor da construção civil, o estudo de Almeida *et al.* (2022) destaca a relevância do capital intelectual em todas as etapas do ciclo de vida do produto, desde o planejamento até o descarte. O foco no capital humano como o principal componente do capital intelectual reforça sua importância estratégica em setores tradicionalmente associados a ativos tangíveis. Em consonância com os estudos de Gomes *et al.* (2023) e Verdinelli e Lizote (2023), os resultados de Almeida *et al.* (2022) sublinham que a formação, retenção e valorização de talentos são essenciais para a competitividade organizacional.

Contudo, o estudo também expõe barreiras, como resistência cultural e ausência de políticas específicas que incentivem a gestão de intangíveis. Essa lacuna é abordada de maneira complementar pelos achados de Barbosa *et al.* (2023), que destacam a importância de um ambiente institucional forte para superar essas barreiras e facilitar a integração dos intangíveis nas estratégias organizacionais.

No contexto das empresas de serviços contábeis, Verdinelli e Lizote (2023) investigam como diferentes componentes do capital intelectual – capital humano, memória transacional e orientação empreendedora – impactam o desempenho organizacional. Embora o capital humano tenha se destacado como o único fator com impacto positivo, a ausência de efeitos significativos dos outros componentes levanta questões sobre a gestão e o aproveitamento estratégico desses recursos. Esse resultado ressoa com as críticas de Sabino *et al.* (2023) à falta de métodos robustos para mensuração e gestão de ativos intangíveis, apontando para a necessidade de práticas mais integradas e alinhadas com as especificidades organizacionais.

O estudo de Barbosa *et al.* (2023) amplia a discussão ao explorar a relação entre governança corporativa e investimentos em intangíveis no Brasil. Ao demonstrar que dimensões institucionais, como controle de corrupção e estado de direito, impactam positivamente a intangibilidade das empresas, os autores destacam a importância de um ambiente institucional estável e confiável. No entanto, a ausência de impacto da regionalidade, identificada no estudo, sugere que características locais são secundárias em relação a políticas e legislações nacionais. Essa perspectiva é reforçada por Guardamino e Egoávil (2023), que investigam o impacto dos intangíveis no desempenho de exportação no setor têxtil peruano. Os autores enfatizam a importância do capital humano e estrutural em mercados emergentes, enquanto a falta de conectividade e integração global aparece como uma barreira ao pleno aproveitamento dos ativos intangíveis. Esses achados indicam que, para mercados emergentes, um ambiente institucional robusto é uma pré-condição para a valorização de intangíveis.

Gomes *et al.* (2023), ao utilizarem a metodologia VAIC no setor de papel e celulose, demonstram que o capital humano é o principal determinante do desempenho financeiro. No entanto, os resultados também revelam uma subutilização do capital estrutural e relacional, evidenciando lacunas na gestão integrada dos componentes do capital intelectual. Esses achados são consistentes com as observações de Verdinelli e Lizote (2023), que identificaram uma gestão ineficiente de componentes não humanos do capital intelectual em empresas de serviços contábeis. Essa similaridade sugere que a subutilização de recursos

estruturais e relacionais é um desafio comum em diferentes setores, apontando para uma oportunidade de melhoria na gestão estratégica dos intangíveis.

Por fim, Sabino *et al.* (2023) realizam uma análise bibliométrica sobre métodos de *valuation* de ativos intangíveis, identificando o Fluxo de Caixa Descontado como a abordagem predominante, mas insuficiente para capturar a complexidade dos intangíveis. Os autores defendem a adoção de metodologias híbridas, como *machine learning* e avaliação multicritério, para aprimorar a precisão e relevância das análises. Essa necessidade de inovação metodológica é ecoada nos estudos de Gomes *et al.* (2023) e Verdinelli e Lizote (2023), que apontam para limitações na mensuração de elementos-chave do capital intelectual, como capital estrutural e relacional. A convergência dessas críticas destaca uma lacuna metodológica significativa que afeta tanto a pesquisa acadêmica quanto a prática organizacional.

Quando analisados em conjunto, esses estudos revelam que os ativos intangíveis são essenciais na competitividade organizacional, mas sua gestão e valorização ainda enfrentam desafios críticos. A governança corporativa e institucional emerge como um fator determinante, como indicado por Barbosa *et al.* (2023) e Guardamino e Egoávil (2023), enquanto a centralidade do capital humano, destacada por Gomes *et al.* (2023), Almeida *et al.* (2022) e Verdinelli e Lizote (2023), reforça a necessidade de estratégias organizacionais que priorizem a formação e retenção de talentos. Ao mesmo tempo, os desafios metodológicos apontados por Sabino *et al.* (2023) sublinham a necessidade de ferramentas mais precisas e integradas para mensurar e valorizar esses ativos. Percebe-se uma abordagem majoritariamente quantitativa, com destaque na teoria do capital humano.

5.2.1 Direcionamento para pesquisas futuras

Os estudos analisados oferecem um panorama sobre os estudos de ativos intangíveis, mas também deixam evidente a existência de lacunas e direções promissoras para pesquisas futuras. Uma das principais sugestões emergentes dos trabalhos está relacionada à necessidade de aprimoramento nos métodos de mensuração e valoração de ativos intangíveis. Sabino *et al.* (2023), por exemplo, ressaltaram a limitação dos métodos tradicionais, como o Fluxo de Caixa Descontado, que embora amplamente utilizado, não consegue capturar a complexidade intrínseca de muitos ativos intangíveis, especialmente aqueles ligados à inovação, ao impacto social e ao capital humano. Eles sugerem que métodos mais inovadores e híbridos sejam desenvolvidos, combinando análises quantitativas e qualitativas.

No âmbito metodológico, há também sugestões para a criação de novos modelos de análise que sejam capazes de capturar a natureza multidimensional dos ativos intangíveis. Por exemplo, Secco e Feil (2018) propõem o modelo Skandia como uma abordagem inicial promissora, mas reconhecem que ele ainda não consegue abranger completamente a complexidade desses ativos. Métodos mais robustos, que combinem perspectivas financeiras, operacionais e sociais, são apontados como uma prioridade para futuros estudos.

Além disso, muitos dos estudos analisados destacaram a importância de expandir o escopo das análises setoriais. Por exemplo, Gomes *et al.* (2023), ao investigar o papel do capital intelectual no setor de papel e celulose, revelaram a centralidade do capital humano para o desempenho organizacional.

Contudo, para validar e ampliar esses achados, é fundamental que futuras pesquisas explorem outros setores industriais, como o de tecnologia, saúde e serviços financeiros. Dessa forma, será possível avaliar se os padrões identificados, como a influência predominante do capital humano, se mantêm em setores com diferentes estruturas de operação e dinâmicas econômicas. Além disso, estudos como o de Verdinelli e Lizote (2023), que abordaram a relação entre intangíveis e o desempenho em empresas contábeis, reforçam que o impacto dos ativos intangíveis varia significativamente entre setores. Assim, compreender essas diferenças pode contribuir para estratégias de gestão mais personalizadas e eficazes.

Outro ponto destacado nas direções futuras se refere à relação entre governança corporativa e ativos intangíveis. Barbosa *et al.* (2023) ressaltam que é necessário investigar mais profundamente como diferentes políticas de governança corporativa, em mercados emergentes e maduros, podem influenciar não só os investimentos, mas também a gestão e a valorização de ativos intangíveis.

Os estudos também apontaram para a necessidade de compreender melhor como a multinacionalidade e as estratégias fiscais afetam a gestão de intangíveis. Lima (2019) ressalta que futuras investigações poderiam explorar como empresas globais gerenciam seus ativos intangíveis em diferentes contextos culturais e regulatórios. Adicionalmente, Lopes *et al.* (2021) sugeriram que o debate para comparar empresas familiares e não familiares pode oferecer um entendimento mais robusto sobre os desafios e oportunidades associados à gestão de ativos intangíveis nesses contextos.

Outro aspecto destacado no estudo de Lima *et al.* (2019) é a necessidade de integrar dimensões sociais, éticas e ambientais nas discussões sobre ativos intangíveis. O impacto positivo dos intangíveis na sustentabilidade empresarial e na geração de valor social é uma área ainda pouco explorada, mas com grande potencial de desenvolvimento. Por

exemplo, futuras pesquisas poderiam investigar como o capital humano e relacional contribuem para o bem-estar das comunidades onde as organizações estão inseridas, ou como esses ativos podem ser alavancados para promover práticas empresariais mais sustentáveis.

Por fim, outra linha de investigação sugerida é a análise da interação entre os diferentes tipos de capital intelectual – humano, estrutural e relacional – e seu impacto no desempenho organizacional. Estudos como os de Guardamino e Egoávil (2023) e Gomes *et al.* (2023) já destacaram a predominância do capital humano, mas também apontaram a necessidade de integrar outros elementos, como capital relacional, para maximizar os resultados.

Deste modo, as direções futuras apontadas pelos estudos analisados enfatizam a necessidade de abordar os ativos intangíveis de forma mais abrangente e integrada. Isso inclui o desenvolvimento de métodos de valoração mais avançados, a expansão de análises setoriais, a exploração de aspectos institucionais e a integração de dimensões sociais e éticas. Além disso, há uma demanda por abordagens metodológicas mais robustas e estudos comparativos internacionais que considerem as especificidades culturais e econômicas, avançando o campo acadêmico, mas também contribuindo para práticas empresariais mais eficazes e sustentáveis, maximizando o valor estratégico dos ativos intangíveis em um mercado globalizado e cada vez mais competitivo.

6 CONCLUSÃO

O objetivo geral deste estudo foi analisar os principais temas, enfoques e lacunas da produção acadêmica nacional que trata a respeito dos bens intangíveis. A partir da leitura detalhada de dezesseis artigos, foi possível realizar uma análise bibliométrica e qualitativa que evidenciou aspectos importantes sobre a evidência, mensuração e impacto estratégico dos ativos intangíveis, assim como os principais métodos utilizados para avaliá-los.

De acordo com a análise bibliométrica realizada, foi possível identificar uma tendência de publicações sobre o tema de ativos intangíveis principalmente entre os anos de 2019 e 2020, com uma queda no número de publicações nos anos subsequentes. Isso indica que, apesar do crescente interesse no tema, a produção acadêmica nos últimos cinco anos não foi tão extensa quanto se poderia esperar dada a importância dos ativos intangíveis na atual economia. A baixa quantidade de publicações nos anos posteriores pode refletir um possível esgotamento temporário da pesquisa em áreas específicas ou uma mudança na abordagem dos estudiosos.

Quanto à distribuição dos artigos por periódicos, a pesquisa revelou que os estudos foram predominantemente publicados em revistas com altos estratos Qualis, o que garante a qualidade acadêmica das publicações. Além disso, a análise dos dados relacionados à frequência das publicações por instituições acadêmicas revelou uma forte concentração de estudos realizados por duas universidades brasileiras, o que indica um foco concentrado na produção científica sobre o tema no Brasil, principalmente nas universidades de São Paulo (USP) e Brasília (UnB). A diversidade de instituições de pesquisa, no entanto, reflete a pluralidade de perspectivas e a interdisciplinaridade do tema.

A análise dos dezesseis estudos sobre ativos intangíveis demonstra a relevância crescente desses temas para diferentes setores econômicos e contextos organizacionais. Os achados dos estudos reforçam a importância do capital humano como o determinante do desempenho organizacional e financeiro, evidenciado em setores variados como papel e celulose, esportivos e serviços contábeis. Além disso, a governança institucional surge como um fator crítico para a valorização e a transparência na evidenciação de ativos intangíveis, apontando para a necessidade de práticas mais robustas e alinhadas às exigências normativas.

Embora os ativos intangíveis sejam reconhecidos como fontes de vantagem competitiva e valor econômico, os estudos revelam desafios significativos, como a falta de conformidade plena com normas contábeis, a dificuldade em mensurá-los adequadamente e a subutilização de seu potencial estratégico em mercados emergentes.

Em setores estratégicos, como o elétrico e o de tecnologia da informação, os ativos intangíveis demonstraram impacto direto na valorização de mercado, enfatizando a necessidade de uma integração mais efetiva desses ativos nas estratégias organizacionais.

Outro ponto relevante é a diversidade de métodos de mensuração, que vão desde o Fluxo de Caixa Descontado até modelos mais abrangentes, como o Skandia. Apesar do avanço, há consenso sobre a necessidade de maior padronização e sofisticação das abordagens metodológicas para captar a complexidade dos intangíveis de maneira mais precisa e útil para a gestão e o mercado.

Igualmente, os estudos analisados oferecem achados importantes, mas também expõem lacunas que precisam ser abordadas. Para maximizar o valor estratégico dos ativos intangíveis é essencial um esforço conjunto entre empresas, reguladores e pesquisadores. Isso inclui o desenvolvimento de práticas mais transparentes, métodos de mensuração e uma compreensão ampliada do papel social e econômico desses ativos. Este estudo contribui ao consolidar os principais desafios e oportunidades relacionados à gestão, mensuração e valorização de ativos intangíveis. A síntese dos resultados oferece uma base sólida para gestores, reguladores e pesquisadores desenvolverem práticas mais eficazes e alinhadas às necessidades de um mercado em transformação.

No entanto, a pesquisa apresenta limitações, como a restrição a fontes específicas e a ausência de uma análise mais ampla da literatura internacional. O aprofundamento em estudos publicados em outros idiomas ou em bases de dados internacionais pode oferecer uma perspectiva mais diversificada e robusta.

Pesquisas futuras poderiam explorar o impacto de políticas públicas específicas na gestão de ativos intangíveis, especialmente em mercados emergentes. Além disso, seria relevante investigar como a digitalização e tecnologias emergentes, como inteligência artificial e *blockchain*, podem transformar a mensuração e a gestão desses ativos. Outra linha promissora seria estudar a interação entre intangíveis e questões sociais e ambientais, destacando como esses ativos podem contribuir para o desenvolvimento sustentável. Por fim, ressalta-se a necessidade de expansão da pesquisa em periódicos internacionais e em diferentes idiomas, o que poderia contribuir para um aprofundamento do tema no contexto global.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE FILHO, Antonio Rodrigues. Análise da composição dos intangíveis nas empresas de TI e telecomunicações da B3. **Navus-Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 10, p. 01-13, 2020.
- ALMEIDA, Leonardo Soares Francisco de *et al.* Capital intelectual e sua influência sobre o ciclo de vida do produto. **Gestão e Produção**, v. 29, n. 1, p. 8–21, 2022.
- ASSIS, Renan Barabanov de; NAKAMURA, Wilson Toshiro. O intangível nos clubes brasileiros: uma análise dos gastos com jogadores nas demonstrações contábeis. **Revista de Estudios Brasileños**, Salamanca, v. 6, n. 12, p. 119-133, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14201/reb2019612119133>. Acesso em: 18 jan. 2025.
- BARBOSA, Ismael *et al.* A influência das dimensões de governança regional no investimento de ativos intangíveis das empresas brasileiras. **Revista Brasileira de Economia e Negócios**, v. 27, n. 2, p. 65–79, 2023.
- BERTUCCI, J. L. O. Crimes corporativos e estudos organizacionais: uma aproximação possível e necessária. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, v. 55, n. 2, p. 202-208, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2234/223417482006.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2024.
- BRANDI, B. A. **A conferência de ativos intangíveis para formação do Capital Social e seus aspectos contratuais**. Monografia (Graduação) – LL.M. – Legal Law Master / Insper Instituto de Ensino e Pesquisa. São Paulo: Insper, 2012. Disponível em: <http://dspace.insper.edu.br/xmlui/bitstream/handle/11224/286/Bruno%20Ariboni%20>. Acesso em: 02 fev. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil: seção 1, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm. Acesso em: 01 ago. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 12.441, de 11 de julho de 2011**. Altera o Código Civil para permitir a constituição de empresa individual de responsabilidade limitada. Brasília, DF, 2011.
- CAVALCANTI, Joyce Mariella Medeiros *et al.* Os ativos intangíveis têm importância para os analistas financeiros. **Revista de Administração de Empresas**, v. 60, n. 3, p. 124–135, 2020.
- CPC 04 (R1). **Comitê de Pronunciamentos Contábeis**. Ativo Intangível. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2010. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=15>. Acesso em: 01 ago. 2024.
- FERREIRA, Marília Paranaíba; DO CARMO, Carlos Henrique Silva; RIBEIRO, Alex Mussoi. Value relevance dos ativos financeiros das empresas do setor elétrico brasileiro. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 39, n. 3, p. 85–98, 2020.

FINK, A. **Conducting Research Literature Reviews: From the Internet to Paper**. 4. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2014.

FEIL, Alexandre André *et al.* Set of sustainability indicators for the dairy industry. **Environmental Science and Pollution Research**, v. 30, n. 18, p. 52982-52996, 2023.

FERREIRA, Marília Paranaíba *et al.* Contabilidade societária x contabilidade regulatória: Value relevance das informações contábeis do setor elétrico brasileiro. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 32, n. 2, p. 205-229, 2021.

GHEDINI, M. L. **Ativos Intangíveis: Princípios e Aplicações**. São Paulo: Saraiva, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas. 2010.

GOMES, Helen Maria da Silva *et al.* Desempenho empresarial e capital intelectual: uma análise do setor de papel e celulose. **Revista de Gestão e Negócios Internacionais**, v. 12, n. 3, p. 45–59, 2020.

GORENDER, J.. Globalização, tecnologia e relações de trabalho. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 29, p. 311–361, jan. 1997.

GUARDAMINO, Carlos Del Castillo; EGOÁVIL, José Ventura. Desempenho da exportação na América do Sul: intangíveis realmente importam para empresas de países em desenvolvimento como o Peru? **Journal of Business Research**, v. 119, p. 200–210, 2021.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Contabilidade Teoria**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, S. **Contabilidade Introdutória**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

KITCHENHAM, B. **Procedures for Performing Systematic Reviews**. Keele University, 2004.

LOPES, A. F. **Contabilidade Societária e o Novo CPC**. São Paulo: Atlas, 2017.

LOPES, Fernanda Cristina Costa *et al.* Gerenciamento de resultados, ativos intangíveis e controle familiar. **Revista Contabilidade e Organizações**, v. 15, n. 39, p. 45–67, 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARQUES, Rodrigo Moreno. Karl Marx enfrenta o enigma da produção imaterial. **Revista de Estudos Políticos**, v. 30, n. 2, p. 250–267, 2020.

MOREIRA, Nadia Cardoso; LIMA, Ana Paula Araújo; NOSSA, Valcemiro . Multinacionalidade, ativos intangíveis e agressividade fiscal. **Revista Universo Contábil**, v. 15, n. 3, p. 6–22, 2019.

- PACHECO, Juliane; DE SOUZA, Maíra Melo. Associação entre o nível de evidenciação dos ativos intangíveis e o desempenho econômico-financeiro dos clubes de futebol brasileiros. **Race: revista de administração, contabilidade e economia**, v. 18, n. 3, p. 447-474, 2019.
- PINTO, Murillo José Torelli *et al.* O nível de evidenciação do ativo intangível após a adoção das IFRS. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 30, n. 3, p. 285–301, 2019.
- REQUIÃO, C. H. B. C. Constituição de empresa por pesquisador com a finalidade de desenvolver atividade empresarial relativa à inovação. **Controladoria-Geral da União**, 28 mar. 2017.
- REVERTE, C. *et al.* The profile of venture capital investments: the European context. **J. Business and Globalisation**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 83 - 110, 2016. D
- SABINO, Hugu Soares *et al.* Um estudo bibliométrico dos métodos de valuation. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 25, n. 2, p. 45–61, 2023.
- SECCO, Patrícia; FEIL, Alexandre André. Mensuração do capital intelectual em empresa de concretagem e asfaltamento. **Revista Gestão e Produção**, v. 18, n. 3, p. 110–124, 2018.
- SILVA, A. B. **Metodologia da Pesquisa Científica: Um Guia Prático**. Editora XPTO. 2018.
- SILVEIRA, S. K. R.; SCHNORRENBERGER, D.; GASPARETTO, V.; LUNKES, R. J. Abordagens de avaliação de ativos intangíveis: uma revisão da literatura. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, [S. l.], v. 16, n. 47, 2017.
- SOARES, S. V.; PICOLLI, I. R. A.; CASAGRANDE, J. L. Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Bibliométrica, Artigo de Revisão e Ensaio Teórico em Administração e Contabilidade. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 19, n. 2, p. 308-339, 1 maio 2018.
- TOLEDO, Vitor Luiz. Nível de evidenciação de ativos intangíveis pelas empresas do setor de TI da B3. **Revista de Informação Contábil**, v. 26, n. 4, p. 34–50, 2022.
- TREUHERZ, R. M. **Globalization and Economic Crises in Emerging Countries**. Asian Pacific: Espectatives, San Francisco, v. 1, n. 1, p. 47 – 68, 2001.
- VAN RAAN, A. F. J. Advances in bibliometric analysis: Research performance assessment and science mapping. **The Hague: Centre for Science and Technology Studies**, 2019.
- VERDINELLI, Miguel Angel; LIZOTE, Suzete Antonieta. Ativos intangíveis e desempenho em empresas prestadoras de serviços contábeis. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 22, n. 68, p. 54–72, 2023.
- ZUPIC, Ivan; ČATER, Tomaž. Bibliometric methods in management and organization. **Organizational Research Methods**, v. 18, n. 3, p. 429-472, 2015.